

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		46.204.876	32.042.638	Circulante		37.768.996	25.488.887
Disponibilidades	5	44.576	151.700	Depósitos	15a	3.489.495	3.659.322
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5 e 6	21.629.692	21.665.831	Depósitos à vista		173.754	120.540
Aplicações no mercado aberto		21.607.756	21.064.901	Depósitos a prazo		3.315.741	3.538.782
Aplicações em moeda estrangeira		21.936	600.930	Captações no mercado aberto	15b	5.611.641	5.221.202
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	14.328.145	4.075.770	Carteira de terceiros		5.310.292	4.972.703
Carteira própria		6.967.728	687.150	Carteira livre movimentação		262.832	189.308
Vinculados a prestação de garantias		3.951.564	1.905.052	Captação COE		38.517	59.191
Instrumentos financeiros derivativos		3.408.853	1.483.568	Relações interdependências		30.262	54.710
Relações interfinanceiras e interdependências		3.374	52.108	Recursos em trânsito de terceiros		30.262	54.710
Depósitos no Banco Central		3.374	52.108	Obrigações por empréstimos	16	14.327.908	8.076.520
Operações de crédito	9	891.063	688.785	Empréstimos no exterior		14.327.908	8.076.520
Empréstimo de ações		283.948	220.996	Instrumentos financeiros derivativos	8	3.922.962	1.427.830
Setor privado		608.012	468.848	Instrumentos financeiros derivativos		3.922.962	1.427.830
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(897)	(1.059)	Outras obrigações		10.386.728	7.049.303
Outros créditos		9.305.745	5.405.208	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.541	1.196
Carteira de câmbio	11	7.868.271	3.982.395	Carteira livre movimentação	11	7.221.717	3.860.689
Rendas a receber		61.018	22.168	Sociais e estatutárias		18.145	14.928
Negociação e intermediação de valores	10	1.179.428	1.108.493	Fiscais e previdenciárias	12b	127.703	294.581
Diversos	12a	200.189	292.311	Fiscais e previdenciárias	10	2.771.221	2.606.477
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(3.161)	(159)	Negociação e intermediação de valores	12c	242.401	271.432
Outros valores e bens		2.281	3.236	Diversas		6.752.796	4.631.467
Despesas antecipadas		2.281	3.236	Depósitos	15a	2.696.891	2.038.228
Realizável a longo prazo		3.074.759	2.613.340	Depósitos interfinanceiros		50.134	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8	1.543.397	1.236.231	Depósitos a prazo		2.646.757	2.038.228
Instrumentos financeiros derivativos		1.543.397	1.236.231	Captações no mercado aberto	15b	230.355	32.188
Operações de crédito	9	549.634	323.157	Captação COE		230.355	32.188
Setor privado		549.705	324.420	Instrumentos financeiros derivativos	8	3.056.777	1.727.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(71)	(1.263)	Instrumentos financeiros derivativos		3.056.777	1.727.747
Outros créditos		981.728	1.053.952	Outras obrigações		768.773	833.304
Rendas a receber		-	103	Sociais e estatutárias		-	1.703
Diversos	12a	991.493	1.062.221	Fiscais e previdenciárias	12b	482.923	492.279
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(9.765)	(8.372)	Diversas	12c	285.850	339.322
Permanente		105.575	111.221	Resultados de exercícios futuros		1.734	1.624
Investimentos		2.210	2.210	Patrimônio líquido	19	4.861.684	4.645.921
Outros investimentos		2.580	2.580	Capital social		2.683.481	2.453.281
Provisão para perdas		(370)	(370)	De domiciliados no país		8.670	8.670
Imobilizado de uso	13	97.638	103.284	De domiciliados no exterior		2.445.311	2.445.311
Imóveis de uso		52.611	52.611	Aumento de capital		229.500	-
Outras imobilizações de uso		126.872	120.930	Reservas de capital		42.577	37.624
Depreciações acumuladas		(81.845)	(70.257)	Reservas de lucros		1.737.723	1.762.138
Intangível	14	5.727	5.727	Ajustes de avaliação patrimonial		(7.325)	2.686
Outros ativos intangíveis		5.727	5.727	Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Total do ativo		49.385.210	34.767.199	Participação de não controladores		410.168	393.732
				Total do passivo e patrimônio líquido		49.385.210	34.767.199

	Nota	2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		1.514.508	3.305.327	2.888.198
Operações de crédito		43.476	97.875	154.561
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.162.206	2.678.847	2.565.961
Resultado de operações de câmbio		305.080	520.366	164.834
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	635	(2.886)	2.842
Resultado de aplicações compulsórias		3.111	11.125	-
Despesas da intermediação financeira		(1.113.491)	(2.404.045)	(1.985.949)
Operações de captações no mercado		(436.413)	(906.264)	(1.114.879)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	(348.550)	596.775	(83.254)
Operações de empréstimos e repasses		(328.528)	(2.094.556)	(787.816)
Resultado bruto da intermediação financeira		401.017	901.282	902.249
Outras receitas (despesas) operacionais		(187.188)	(385.925)	(458.868)
Receitas de prestação de serviços	22f	304.409	627.464	521.305
Despesas de pessoal		(332.601)	(705.188)	(655.215)
Outras despesas administrativas	22c	(148.788)	(252.543)	(209.864)
Despesas tributárias		(65.002)	(104.924)	(116.582)
Outras receitas operacionais	22d	110.581	128.835	110.825
Outras despesas operacionais	22d	(55.787)	(79.569)	(109.337)
Resultado operacional		213.829	519.357	443.381
Resultado não operacional		(3.564)	(3.557)	(1.033)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		210.265	511.800	442.348
Imposto de renda e contribuição social	18	(132.753)	(233.240)	(150.363)
Provisão para imposto de renda		(101.121)	(129.934)	(155.373)
Provisão para contribuição social		(24.024)	(47.056)	(124.403)
Ativo/passivo fiscal diferido		(7.608)	(56.250)	129.413
Participações no lucro	22e	(6.404)	(16.539)	(17.232)
Lucro líquido do semestre/exercício		71.108	262.021	274.753
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2c	62.153	245.585	257.094
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	2c	8.955	16.436	17.659

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

	Nota	Segundo semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017
Atividades operacionais		113.423	364.992	195.329
Lucro líquido ajustado		71.108	262.021	274.753
Lucro líquido do semestre/exercício		42.315	102.971	(79.424)
Ajuste ao lucro líquido:				
(Reversão)/Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9	(635)	2.886	(2.842)
Depreciações		8.096	15.940	15.038
Provisões para contingências	22	43.566	56.248	100.713
Atualização de depósitos judiciais	22	(19.884)	(31.910)	(63.953)
Constituição/(Reversão) de ativo/passivo fiscal diferido		7.608	56.250	(129.413)
Prejuízo na alienação de imobilizado		3.564	3.557	1.033
Variação de ativos e obrigações		1.100.178	(6.126.298)	4.807.222
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		1.537.121	578.994	(600.930)
(Aumento)/Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)		(809.313)	(6.783.511)	2.474.434
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências (Ativos/Passivos)		32.918	24.286	(47.174)
Aumento em operações de crédito		(182.450)	(427.401)	(140.853)
Aumento em outros créditos		(343.792)	(3.865.980)	(91.316)
Redução em outros valores e bens		1.683	955	320
Aumento/(Redução) em depósitos		(227.261)	488.836	2.479.872
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto		649.421	588.606	(243.471)
Aumento em outras obrigações		459.291	3.434.087	1.113.649
Imposto de renda e contribuição social pagos		(56.714)	(212.333)	(214.265)
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros		377	110	(14)
Juros recebidos		38.897	47.053	76.970
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades operacionais		1.213.601	(5.761.306)	5.002.551
Atividades de investimento		(7.991)	(13.851)	(12.533)
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(7.991)	(13.851)	(12.533)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.991)	(13.851)	(12.533)
Atividades de financiamento		4.488.004	6.394.158	(2.291.612)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(50.657)	(142.770)	(54.242)
Juros pagos		229.500	229.500	-
Aumento de capital	19	(270.000)	(270.000)	(189.250)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	(270.000)	(270.000)	(189.250)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades de financiamento		4.396.847	6.210.888	(2.535.104)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.602.457	435.731	2.454.914
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	16.049.875	21.216.601	18.761.687
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	21.652.332	21.652.332	21.216.601
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.602.457	435.731	2.454.914

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2018: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

(i) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Conglomerado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Conglomerado registra um passivo em contrapartida ao patrimônio líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital das Instituições que compõem o Conglomerado.

(j) Dividendos e juros sobre o capital próprio - Os dividendos são contabilizados como uma redução no patrimônio líquido. Os juros sobre o capital próprio pagos são tratados, para fins das demonstrações contábeis, como dividendos e são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido. Assim, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, o montante da despesa incorrida foi objeto de ajuste mediante reclassificação para lucros acumulados.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações sem tesouraria	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido		
		Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimentos	Outras reservas							Legal	Estatutária
Em 31 de dezembro de 2016		2.453.981	-	24.939	5.013	186.407	1.507.887	1.620	-	(4.940)	4.174.907	376.073	4.550.980
Pagamento baseado em ações	21b	-	-	-	6.865	-	-	-	-	-	6.865	-	6.865
Atualização de reservas de capital		-	-	-	807	-	-	-	-	-	807	-	807
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	-	1.066	-	1.066	-	-	1.066
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	257.094	-	257.094	17.659	-	274.753
Distribuição de dividendos (R\$ 33.465,96 por ação)	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(189.250)	-	-	(189.250)
Destinação do lucro líquido:													
Reserva legal	19	-	-	-	-	12.855	-	-	-	(12.855)	-	-	-
Reserva estatutária	19	-	-	-	-	244.239	-	-	-	(244.239)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017		2.453.981	-	24.939	12.685	199.262	1.562.876	2.686	-	(4.940)	4.251.489	393.732	4.645.221
Aumento de capital	19	-	229.500	-	-	-	-						

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos e de capital

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

(a) Risco de mercado - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

(b) Risco operacional - É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição, e governança. A área de gestão de risco é responsável por prescrever o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto que as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez

É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado.

(d) Risco de crédito - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) Gerenciamento de capital - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes regulatórias e permitindo ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são: mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado, utilizando sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 44.576 (2017 - R\$ 151.700) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 21.607.756 (2017 - R\$ 21.064.901) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018		2017	
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas.....		21.607.756		21.064.901
Posição bancada		16.049.363		13.677.926
Posição financiada.....		5.310.292		7.197.183
Posição vendida.....		248.101		189.792
Aplicações em moeda estrangeira		21.936		600.930
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez.....		21.629.692		21.665.831

7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2018	Valor de mercado em 2017
Títulos para negociação	9.979.962	190.378	10.170.340	2.422.688
Carteira própria	6.202.101	16.675	6.218.776	687.150
LFT	1.014.581	9	1.014.590	-
LTN	3.802.545	1.076	3.803.621	321.213
NTN-B	211.441	1.352	212.793	65.253
NTN-C	341	216	557	498
NTN-F	772.039	4.635	776.674	187.286
Cotas de fundos de investimentos.....	3.031	-	3.031	3.117
Ações.....	398.123	9.387	407.510	109.783
Vinculados a prestação de garantias	3.777.861	173.703	3.951.564	1.735.538
LFT	127.967	1	127.968	-
LTN	2.239.636	12.645	2.252.281	1.497.876
NTN-B	204.761	1.689	206.450	8.924
NTN-C	2.926	369	3.295	3.018
NTN-F	501.938	11.917	513.855	225.720
Cotas de fundos de investimentos.....	47.248	-	47.248	-
Ações.....	653.385	147.082	800.467	-
Títulos disponíveis para venda	761.161	(12.209)	748.952	169.514
Carteira própria	761.161	(12.209)	748.952	-
Debêntures.....	761.161	(12.209)	748.952	-
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	169.514
LTN	-	-	-	169.514
Total da carteira de TVM.....	10.741.123	178.169	10.919.292	2.592.202

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	410.541	2.613.222	1.583.761	1.080.106	1.280.098	6.967.728
Vinculados a prestação de garantias	847.715	-	1.018.755	1.389.765	695.329	3.951.564
Total da carteira - 2018	1.258.256	2.613.222	2.602.516	2.469.871	1.975.427	10.919.292
Total da carteira - 2017	112.900	18.904	1.282.960	1.101.912	75.526	2.592.202

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2018	Valor nominal 2017
Operações de swaps	564.943	2.492.198	29.234.613	31.458.602
Taxa de juros	225.412	156.379	9.360.156	3.172.713
Moeda	100.283	937.825	5.667.185	12.950.418
Outros	252.923	1.397.994	14.207.272	15.335.471
Ajustes prudenciais ¹	(13.675)	-	-	-
Operações com opções	1.104.347	1.095.107	31.039.322	22.753.726
Compra de opção	1.104.347	-	15.459.155	11.264.355
Compra de dólar	995.133	-	8.461.247	5.782.222
Compra de índice de ação	18.345	-	1.289.079	107.979
Compra de ação	53.309	-	617.831	1.851.548
Venda de dólar	7.661	-	4.021.560	2.359.732
Venda de índice de ação	3.655	-	266.950	853.481
Venda de ação.....	27.804	-	802.488	309.393
Ajustes prudenciais ¹	(1.560)	-	-	-
Venda de opção	-	1.095.107	15.580.167	11.489.371
Compra de dólar	-	886.831	5.570.096	5.859.771
Compra de índice de ação	-	55.327	1.882.828	673.070
Compra de ação	-	34.515	724.278	846.878
Venda de dólar	-	107.754	6.988.619	2.476.482
Venda de índice de ação	-	1.720	119.056	1.063.052
Venda de ação.....	-	8.960	295.290	570.119
Operações com futuros	41.064	63.169	59.294.482	87.854.654
Posição comprada	35.291	56.406	32.599.889	38.518.775
Cupom cambial - DDI	14.111	42.690	17.482.437	11.353.350
DI de 1 dia	4.016	169	9.578.026	25.081.386
Moedas.....	-	11.774	3.221.758	959.903
Cupom IPCA	1.100	1.023	1.820.615	951.571
Índice de ação.....	16.064	750	497.053	172.565
Posição vendida	5.773	6.763	26.694.593	49.335.879
Cupom cambial - DDI	846	-	1.134.359	973.192
DI de 1 dia	1	6.292	25.072.485	42.964.697
Moedas.....	4.848	-	38.413	4.897.261
Cupom IPCA	78	471	449.336	471.599
Índice de ação.....	-	-	-	29.130
Operações a termo	2.786.648	2.786.564	2.786.736	842.849
Posição comprada - títulos	1.402.757	1.402.845	1.402.845	424.188
Posição vendida - títulos.....	1.383.891	1.383.719	1.383.891	418.661
Outros derivativos	496.312	605.870	25.612.899	17.313.985
Moedas.....	493.697	573.099	25.536.053	17.009.590
<i>Commodities</i>	4.334	4.319	48.011	118.403
Outros.....	-	48.562	28.835	185.992
Ajustes prudenciais ¹	(1.719)	-	-	-

¹ Ajustes prudenciais: referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

Os valores a receber e a pagar de operações de *swap*, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2018	Valor de mercado 2017
Ativo	4.816.373	135.877	4.952.250	2.719.799
Operações de <i>swap</i>	527.731	37.212	564.943	767.968
Operações a termo.....	2.786.736	(88)	2.786.648	842.987
Prêmio de opções.....	1.001.398	102.949	1.104.347	779.150
Outros derivativos	500.508	(4.196)	496.312	329.694
Passivo	6.764.562	215.177	6.979.739	3.155.577
Operações de <i>swap</i>	2.390.941	101.257	2.492.198	1.111.079
Operações a termo.....	2.786.736	(172)	2.786.564	842.807
Prêmio de opções.....	995.230	99.877	1.095.107	731.466
Outros derivativos.....	591.655	14.215	605.870	470.225

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2018	Total 2017
Operações de <i>swap</i>	2.777.341	7.126.730	7.057.909	12.272.633	29.234.613	31.458.602
Operações com opções - comprada	3.947.646	6.134.266	1.824.602	3.552.641	15.459.155	11.264.355
Operações com opções - vendida.....	3.666.353	6.619.307	1.741.866	3.552.641	15.580.167	11.489.371
Operações de futuros - comprada	6.944.274	13.442.199	5.098.389	7.115.027	32.599.889	38.518.775
Operações de futuros - vendida	9.622.070	7.699.215	4.879.123	4.494.185	26.694.593	49.335.879
Operações a termo - comprada.....	1.402.845	-	-	-	1.402.845	424.188
Operações a termo - vendida.....	1.383.891	-	-	-	1.383.891	418.661
Outros derivativos.....	9.550.192	10.862.363	5.194.977	5.367	25.612.899	17.313.985

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip)	Total 2018	Total 2017
Operações de <i>swap</i>	5.708.375	23.526.238	29.234.613	31.458.602
Operações com opções - comprada	2.756.750	12.702.405	15.459.155	11.264.355
Operações com opções - vendida.....	2.544.296	13.035.871	15.580.167	11.489.371
Operações de futuros - comprada	32.599.889	-	32.599.889	38.518.775
Operações de futuros - vendida	26.694.593	-	26.694.593	49.335.879
Operações a termo - comprada.....	-	1.402.845	1.402.845	424.188
Operações a termo - vendida.....	-	1.383.891	1.383.891	418.661
Outros derivativos.....	-	25.612.899	25.612.899	17.313.985

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2018	Total 2017
Operações de <i>swap</i>	-	13.208.384	4.463.709	5.854.145	5.708.375	29.234.613	31.458.602
Operações de opções	310.499	17.178.065	4.663.249	3.586.463	5.301.046	31.039.322	22.753.726
Operações de futuros	-	-	-	-	59.294.482	59.294.482	87.854.654
Operações a termo.....	-	-	671.163	2.115.573	-	2.786.736	842.849
Outros derivativos.....	24.214	21.430.899	49.083	4.108.703	-	25.612.899	17.313.985

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2018	Resultado líquido 2017
	596.775	(83.214)
Operações de <i>swap</i>	(934.049)	(42.037)
Operações de opções	(26.885)	41.798
Operações de futuros	1.542.552	(346.433)
Operações a termo.....	(553)	161
Outros derivativos.....	15.710	263.297

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 3.103.849 (2017 - R\$ 1.397.818), registradas como vinculadas à prestação de garantias.

9 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 482.048 (2017 - R\$ 484.265), títulos descontados no montante de R\$ 251.531 (2017 - R\$ 196.262), financiamentos no montante de R\$ 424.138 (2017 - R\$ 112.741) e empréstimos de ações no montante de R\$ 283.948 (2017 - R\$ 220.996

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2017 – R\$ 3.227) e aquisição de código fonte no valor de R\$ 2.500 (2017 – R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de *impairment*) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, não houve perdas por desvalorização reconhecido no resultado nos exercícios de 2018 e 2017.

15. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Total 2018	Total 2017
Depósitos à vista.....	173.754	-	-	-	173.754	120.540
Depósitos interfinanceiros.....	-	-	11.070	39.064	50.134	-
Depósitos a prazo.....	892.771	2.422.970	986.895	1.659.862	5.962.498	5.577.010
TOTAL	1.066.525	2.422.970	997.965	1.698.926	6.186.386	5.697.550

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2018	Total 2017
Operações compromissadas carteira de terceiros.....	5.310.292	-	-	5.310.292	4.972.703
Operações compromissadas carteira livre movimentação.....	262.832	-	-	262.832	189.308
Captação COE.....	3.278	35.239	230.355	268.872	91.379
TOTAL	5.576.402	35.239	230.355	5.841.996	5.253.390

16. Obrigações por empréstimos no exterior

São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 14.327.908 (2017 – R\$ 8.076.520) com vencimentos entre janeiro de 2019 e agosto de 2019. Em dezembro de 2017, as operações possuíam vencimento até agosto de 2018. As taxas de juros variam de 1,64% até 2,65% ao ano (2017 – 0,8% até 1,46%).

De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data base o Conglomerado possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido a variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um aumento de R\$ 2.694 (2017 – aumento de R\$ 1.720).

17. Passivos contingentes e obrigações legais

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais 2018	Provisões 2018	Depósitos judiciais 2017	Provisões 2017
Fiscais e previdenciárias.....	746.081	482.818	746.265	492.279
Cíveis.....	21.655	69.613	21.641	100.154
Trabalhistas.....	12.675	38.215	15.595	39.894
Total	780.411	590.646	783.501	632.327

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias		Total 2018	Total 2017
			Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total 2018		
Saldo inicial	100.154	39.894	492.279	632.327	586.300	
Despesas financeiras - juros.....	7.759	2.338	12.221	22.318	33.376	
Constituições.....	-	7.439	40.626	48.065	67.337	
Anistia.....	-	-	(22.280)	(22.280)	(15.455)	
Reversões.....	(38.297)	(7.969)	(10.163)	(56.429)	(31.013)	
Pagamentos.....	(3)	(3.487)	(29.865)	(33.355)	(8.218)	
Saldo Final	69.613	38.215	482.818	590.646	632.327	

(c) **Fiscais e previdenciárias - obrigações legais** - O Conglomerado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras (iv) PIS com base nas Ecs 01/94 e 10/96. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, o Conglomerado revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia em Outubro de 2014 a R\$ 1.329.917, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão desse Conglomerado e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro/2017, as instituições desse Conglomerado promoveram a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/2017. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos.

(d) **Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes** - O Conglomerado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 115.179 (2017 – R\$ 112.339); (ii) contribuições previdenciárias no valor de R\$ 76.220 (2017 – R\$ 28.589); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 23.191 (2017 – R\$ 22.824); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 39.553 (2017 – R\$ 38.743); e (v) outros casos que totalizam R\$ 29.426 (2017 – R\$ 23.960).

(e) **Ações trabalhistas** - Referem-se a ações trabalhistas contra o Conglomerado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 146.074 (2017 – R\$ 163.654).

(f) **Ações cíveis** - O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Conglomerado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 322 (2017 – R\$ 5.318).

18. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias.....	266.821	405.670
Contingências.....	28.470	67.723
Provisão para devedores duvidosos.....	8.512	7.810
Provisão para honorários advocatícios.....	7.611	6.982
Provisão para participação nos lucros.....	64.195	70.939
Marcação a Mercado - TVM e derivativos.....	97.480	176.571
Marcação a Mercado - Disponíveis para venda.....	4.883	-
Unidade de ações restritas - RSU.....	53.854	70.035
Outros.....	1.816	5.610
Prejuízos fiscais e base negativa.....	88.001	-
Total de créditos tributários - ativo	354.822	405.670
Diferenças temporárias.....	555	1.827
Marcação a Mercado - Disponíveis para venda (passivo).....	-	1.791
Outros.....	555	36
Total IR diferido passivo	555	1.827

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 73.000 (2017 – R\$ 159.170) sobre diferenças temporárias e R\$ 88.001 (2017 – R\$ 64.366) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 211.849 (2017 – R\$ 29.757) sobre diferenças temporárias. Em 2017 foi realizado R\$ 64.366 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. Em 2018 foi constituído IR diferido passivo, no valor de R\$ 519 e realizado o valor R\$ 1.791 (2017 – R\$ 1). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 354.822 é estimada em 46% no 1º ano, 18% do 2º ao 3º ano, 8% no 4º ano, 3% do 5º ao 6º ano e 1% do 7º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 299.224 (2017 – R\$ 298.651). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, monta a R\$ 25.794 (2017 – R\$ 41.657). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL - deduzido a participação nos lucros	495.261	425.116
Juros sobre capital próprio.....	(270.000)	-
Resultado ajustado	225.261	425.116
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(101.367)	(191.302)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(25.780)	(10.138)
Compensação ativo fiscal diferido.....	-	64.366
Efeito CSLL 5%.....	(17.694)	(21.801)
Contingências IRPJ.....	(14.771)	-
IRPJ e CSLL de períodos anteriores.....	(47.757)	493
Outros.....	(25.871)	8.019
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	(131.873)	40.939
Resultado de IRPJ e CSLL no exercício	(233.240)	(150.363)

19. Patrimônio líquido

O capital social do Banco está dividido em 5.661(2017 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2017 – 5.470) ordinárias e 191 (2017 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 189.250, com base na conta de reserva de lucros – estatutária. O capital social do JPMorgan Chase Bank, National Association representa os investimentos da matriz, acionistas dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital estrangeiro registrado no BACEN é de US\$ 60.211.065,96 e Euro 3.135,49. A Reserva de lucros – estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Conglomerado, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2018 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 270.000 (Nota 3 (j)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 40.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 121.500. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 229.500 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações, de forma que os valores devidos a título de juros sobre capital próprio não serão pagos diretamente aos acionistas. O aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil. Em Ata de Reunião de Diretoria foi deliberado o não pagamento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

20. Transações com partes relacionadas

(Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. Todas as entidades apresentadas abaixo são empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2018		2017	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	16.563	-	142.319	-
JPMorgan Chase Bank London.....	5.798	-	15.675	-
JPMorgan Chase Bank. National Association.....	10.085	-	126.644	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico.....	680	-	-	-
Aplicação em moeda estrangeira	21.936	40.378	600.930	5.425
JPMorgan Chase Bank. National Association.....	21.936	40.378	600.930	5.425
Instrumentos financeiros derivativos	205.700	(10.805)	69.434	493.935
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	75.707	-	-	-
Lawton Multimercado.....	129.993	(10.805)	69.434	493.935
Serviços prestados a receber	16.813	252.389	16.243	196.632
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	105	1.258	105	1.258
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	111	9.306	36	12.416
J.P. Morgan Securities LLC.....	2.409	71.063	2.381	45.826
JPMorgan Asset Management (Europe).....	-	1.667	182	1.586
JPMorgan Chase Bank. National Association.....	5.508	47.267	1.406	34.304
J.P. Morgan Securities PLC - Paris Branch.....	-	17.288	-	87
J.P. Morgan Limited.....	-	-	769	14.053
Lawton Multimercado.....	3.578	46.870	3.419	39.328
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch.....	5.102	57.670	7.945	47.774
Outros Valores a receber(a pagar)	6.895	(7.584)	(3.539)	(6.648)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	(3.372)	-	-	-
J.P. Morgan Securities LLC.....	(4.456)	(4.260)	-	(1.410)
JPMorgan Chase Bank. National Association.....	15.011	(4.752)	(3.539)	(575)
Chase Manhattan Holdings Ltda.....	18	-	-	-
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch.....	(443)	1.428	-	-
J.P. Morgan Securities PLC.....	-	-	-	(6.958)
JPMorgan Corp. Financiera.....	-	-	-	(127)
JPMC Holdings LLC.....	-	-	-	2.422
Lawton Multimercado.....	137	-	-	-
Depósitos à vista	(7.588)	-	(2.178)	-
HCM Participações Brasil Ltda.....	(239)	-	(266)	-
Chase Manhattan Holdings Ltda.....	(528)	-	(210)	-
Gaborone Participações Ltda.....	(308)	-	(53)	-
JPMorgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda.....	(390)	-	(7)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.....	(559)	-	(422)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	(2.462)	-	(950)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.....	(171)	-	(83)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.....	(93)	-	(77)	-
Oep Brasil Ltda.....	(2.763)	-	(83)	-
Lawton Multimercado.....	(25)	-	(27)	-
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	(50)	-	-	-
Depósitos à prazo	(1.553.484)	(115.658)	(1.470.703)	(74.154)
JPMorgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda.....	(23.216)	(1.388)	(23.439)	(2.076)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.....	(66.955)	(2.330)	(34.535)	(2.520)
Lawton Multimercado.....	(1.444.424)	(108.505)	(1.320.524)	(62.540)
Oep Brasil Ltda.....	-	(141)	(2.723)	(232)
Gaborone Participações Ltda.....	(2.253)	(138)	(2.481)	(219)
HCM Participações Brasil Ltda.....	(16.636)	(3.144)	(87.001)	(6.567)
Norchem Participações e Consultoria S.A.....	-	(3)	-	-
Chase Manhattan Holdings Ltda.....	-	(9)	-	-
Obrigações por operações compromissadas	(5.310.292)	(240.616)	(4.972.582)	(353.585)
Lawton Multimercado.....	(5.310.292)	(240.616)	(4.972.582)	(353.585)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(14.327.908)	(225.359)	(8.076.520)	(102.591)
JPMorgan Chase Bank. National Association.....	(14.327.908)	(225.359)	(8.076.520)	(102.591)
Negociação e intermediação de valores	(470.084)	-	(526.433)	512
J.P. Morgan Overseas Capital LLC.....	(822)	-	(149)	512
Lawton Multimercado.....	-	-	-	-
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch.....	(469.262)	-	(526.284)	-
Despesa de pessoal	(106.718)	(50.380)	(101.287)	(42.873)
JPMorgan Chase & CO.....	(106.718)	(50.380)	(101.287)	(42.873)

Para fins de cumprimento da Resolução nº 4.636 do CMN o Conglomerado verificou que não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) **Remuneração da administração** - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Salários e encargos.....	26.097	27.695
Participação nos lucros e gratificações.....	49.599	53.896
Encargos sobre gratificações.....	17.961	20.068
Planos de aposentadoria e pensão.....	1.546	1.580
Benefícios de rescisão.....	-	1.739
Outros benefícios.....	1.603	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. (“JP Morgan Chase - Conglomerado Prudencial” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e Nota 3 - “Principais práticas contábeis”. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e 3 - “Principais práticas contábeis” às referidas demonstrações. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial: Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis”, que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. **Outros assuntos:** O Banco J.P. Morgan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial: A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - “Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis” e 3 - “Principais práticas contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado**

Prudencial: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3